

LEIA!

CEMAP - RESISTENCIA - JEE - SD - 2

CRS 3

JORNAL DE RESISTÊNCIA

A EDIÇÃO ARREENDIDA!

Avanços e Perspectivas

do Movimento Estudantil

Com assembléias, concentrações, greves gerais, atos públicos e passeatas continuamos a levar a denúncia das violências do regime aos quatro cantos do país. Até os jornais e revistas da grande imprensa são obrigados a dar «manchete» às nossas lutas, comendo o espaço até aqui reservado às velhas falações oficiais.

As vitórias que conseguimos tiveram grande importância, apesar de parciais.

Não conseguimos, por exemplo, acabar com as pressões e torturas no país. Mas os torturadores do DEOPS/SP deixaram de aplicar choques elétricos e pancadarias nos presos do 1º de Maio, assim que saiu a primeira passeata exigindo a libertação dos companheiros.

E hoje a polícia política não se sente nem um pouco à vontade para fazer cadáveres ou mutilados de nossos companheiros no Rio.

Nossa maior vitória foi sem dúvida o avanço de nossas formas de organização independente. Em outubro elegamos a diretoria da União Estadual dos Estudantes. O III Encontro Nacional criou a Comissão Nacional pró-UNE que deverá não só abrir espaço para a criação da entidade máxima dos estudantes brasileiros mas também fazer crescer a força das nossas lutas coordenando, unificando e ampliando ainda mais o movimento.

Se até bem pouco tempo atrás o governo conseguia contornar a crise política e econômica que criou, hoje ele é obrigado a dedicar uma atenção especial ao crescimento da insatisfação popular e às conquistas políticas e organizativas que o M. E. vem assegurando.

E o espaço de livre manifestação que abrimos não é ocupado apenas por nós, estudantes.

Em muito bairros populares de S. Paulo, organiza-se um amplo movimento contra a alta do custo de vida, que deverá culminar numa Assembléia Popular, onde se fortalece a perspectiva de ser realizada a «Passeata da Panela Vazia», forma de manifestação anteriormente impossível de ser cogitada.

Os professores fazem entregas coletivas de abaixo-assinados por melhorias nas condições de trabalho da categoria.

Também os metalúrgicos de S. Paulo resolvem se unir para recuperar as perdas em seus salários, causadas pelo «erros» no cálculo dos índices de inflação em 1973. Através de assembléia e um longo documento, discutem e criticam a política salarial oficial reivindicando, inclusive, liberdade sindical e direito de greve.

É acreditando que somente um amplo e forte movimento de massas será capaz de liquidar a ditadura e criar condições para o surgimento de um verdadeiro poder popular, que vemos a necessidade de unificar essas lutas, ainda isoladas.

E hoje, quando o movimento estudantil encontra-se num impasse, quando reconhece que suas lutas, apesar de constituírem um desgaste ao regime, não conseguirão acabar com ele e que os únicos capazes para tanto são os próprios trabalhadores e demais setores oprimidos da população, então hoje devemos centrar nossos esforços no fortalecimento e ampliação da resistência popular: cerrando fileiras contra as antipopulares medidas políticas e econômicas do governo; participando das lutas por melhores condições de vida e trabalho e por liberdade de organização e manifestação levando nosso apoio às lutas contra o arrocho salarial, pelo direito de greve e pela liberdade sindical. Só desta forma estaremos contribuindo efetivamente para o fim da opressão e da miséria social.



um esclarecimento

Dia 5/10, dois colegas nossos foram "presos em flagrante" quando transportavam para a USP o Jornal nº 1 de RESISTÊNCIA, que acabava de ser rodado na gráfica AFA - Av. Liberdade-71 - a qual presta serviços particulares, contratados e pagos, imprimindo, além do VERSUS, outros tantos jornais de grupos conhecidos em nossas escolas.

Os colegas, um da Geologia, outra da Ciências Sociais/USP, encontram-se presos, neste momento (7/10), no DICPS, onde foram mantidos incommunicáveis por várias horas.

O jornal, excetuando-se o editorial (vide capa) e o artigo sobre a UEE, foi elaborado com base em pesquisas na Veja, Folha de S.P., Estadão e caderno do Movimento: "Constituinte: a quem serve". As autoridades, contudo, considerarem seu conteúdo de "tear subversivo".

Os colegas foram detidos quando levavam os jornais da gráfica para o carro, o que nos leva a crer que seu conteúdo já era conhecido pela polícia. Esta, "curiosamente", esperou que os 10.000 exemplares ficassem prontos e agiu imediatamente, assim que os colegas deixaram os últimos Cr\$ 4.000,00 (importância igual foi paga de início), na AFA.

Frete a esta situação, reconstituímos rápida e precariamente o jornal apreendido e por óbvia falta de condições financeiras (dependemos de coletas e rifas nas escolas) deixamos de reproduzir sua última parte, a seção "cultural", constando de um artigo sobre Teatro e outro sobre a I Mostra Metropolitana de Música Universitária.

Solidarizamo-nos com os colegas detidos, cuja ação "corrimosa" limitou-se tão somente ao transporte de jornais estudantis e repulsemos mais este ato arbitrário de um regime que vive as custas da violência.

Quanto ao jornal RESISTÊNCIA, é necessário divulgá-lo amplamente, dentro e fora das escolas, para que todos tenham claro o que a repressão, na tentativa de calar a boca de todos aqueles que lutam contra a opressão e pela liberdade de manifestação e organização classifica de subversivo.

Para ela, denunciar as péssimas condições de vida da maioria da população, apoiar as lutas de resistência a esse estado de coisas, influir na vida política do país, lutar pela reconstrução das entidades estudantis, é considerado subversão da ordem.

Mas alguém pode ser mantido de ordem?

UEE - ALUTA CONTINUA

Da ampliação das lutas do movimento estudantil paulista pudemos colher alguns frutos palpáveis: a criação de novas entidades livres, porque independentes dos canais permitidos e controlados pelo governo, os DCBs. da PUC, da UNICAMP e a UME de S. Carlos.

O fruto maior: a UNIÃO ESTADUAL DOS ESTUDANTES DE SÃO PAULO.

Foram 713 delegados — eleitos nas escolas segundo o critério de 5 delegados por 500 alunos e representando 71 entidades estudantis de todo o estado — reunidos no I CONGRESSO ESTADUAL DOS ESTUDANTES (27/8) que fundou a entidade máxima dos estudantes paulistas.

Até hoje, muitos se perguntam: como é que a ditadura teve que engolir a UEE? Por que não reprimiu este I Congresso, como o fez com o III Encontro Nacional?

São Paulo guarda um movimento estudantil bem mais forte, bem mais organizado e coeso que o de outros Estados, o que se comporva pela sua capacidade de responder prontamente às investidas da repressão, como também liderar o processo de lutas a nível nacional, contribuindo decisivamente para a deflagração dos Dias Nacionais de Luta.

Além da força de nosso movimento, que faz o governo pensar duas vezes antes de reprimi-lo, segundo a política do "não mexer mais para não feder mais", influi também, sem dúvida o atual quadro do país, propício ao crescimento da luta popular e ao crescente isolamento do governo, incapaz de definir-se por um projeto que suprima ou atenua a crise econo-

mica e política.

Vitória dos estudantes contra a ditadura militar! Viva a UEE! Cabe agora construí-la, para que ela cumpra seu papel de coordenadora e centralizadora do movimento em todo o estado, para que mais estudantes possam nela se descobrir unidos e fortes.

A UEE não nasce pronta. Criá-la foi o 1º passo e o 2º será dado em outubro (24 a 28) quando será eleita sua primeira diretoria.

O I Congresso aprovou formas mínimas de funcionamento da UEE — diretoria eleita diretamente em urna, Congresso Estadual como instância máxima de deliberação, Conselho Estadual de Entidades (CEE) para funcionar junto à diretoria como órgão de consulta e encaminhamento das lutas, participação dos estudantes secundaristas na entidade, eleição de um Estatuto definitivo em abril/78 — e todas estas propostas, em essência, foram defendidas pelo Grupo Resistência, responsável por este jornal.

Aprofundaremos então, alguns pontos sobre a UEE, para que fique mais esclarecido nosso posicionamento sobre o caminho para reconstruí-la.

Em primeiro lugar, os objetivos da UEE que deverão encabeçar seu estatuto não devem ser confundidos com a posição que cada grupo ou tendência tem hoje sobre o movimento. Devem ser amplos o suficiente para comportar as aspirações que são consenso no movimento, tomando cuidado para não delimitar objetivos de luta já que o movimento vivo, em sua dinâmica, poderá futuramente ampliar

suas perspectivas e colocar novas reivindicações que nenhum programa fechado de lutas pode hoje prever.

Nesse sentido, são filiados à UEE todos os estudantes que defendem a luta por melhores condições de ensino, por melhores condições de vida e trabalho para a população e pela liberdade de manifestação e organização.

Já sobre as eleições diretas para a diretoria, em urnas, acreditamos ser hoje a melhor forma de assegurar a mais ampla participação do estudantado, já que o momento de criação da UEE, quando ela ainda é relativamente fraca, deve transformar-se num verdadeiro acontecimento político que atinja o maior número de estudantes e ganhe a maior repercussão possível. É oportuno lembrar, porém que a forma IDEAL para se eleger a diretoria de uma entidade é, sem dúvida, um Congresso de Delegados, eleitos em assembleias nas escolas; ideal porque garante uma qualidade política muito maior à eleição, já que a massa participa ATIVAMENTE do processo e só vota com o debate e o conhecimento mínimo das plataformas políticas que se candidatam, o que nem sempre é assegurado com o voto em urnas pois sabemos que nas próprias eleições para C.As. e DCEs muitos estudantes votam "na base da amizade" nos defensores de plataformas, sem ao menos tê-las lido. Uma eleição por Congresso, porém, seria hoje elitista pois é ainda pequeno o número de estudantes que se candidatam a participar de assembleias para eleger delegados, ou seja, ainda não existe no grosso do estudantado a consciência e o reconhecimento das entidades co-

mo seus verdadeiros instrumentos políticos de luta. A eleição nas urnas, portanto, é a mais justa no momento e, de fato, será muito mais a entidade do que propriamente um programa político o eleito.

No entanto, para tentar diminuir a margem dos inevitáveis "votos inconscientes" a CEE, responsável pelo processo eleitoral, deverá propagandizar um calendário de debates a ser levado no maior número de escolas possível, sobre as plataformas candidatas, e todos nós devemos nos esforçar para contribuir neste processo organizando debates, inclusive nas salas de aula. Somente assim, além da quantidade, daremos também qualidade política à representatividade da UEE.

O aspecto mais importante do funcionamento da UEE é a forma de relacionamento entre a entidade e o conjunto dos estudantes, cu seja, os canais de participação das massas nas decisões.

O Congresso Estadual, que decide em primeira instância exige, quando convocado, um tempo razoável para a preparação de propostas e reuniões para a tirada de delegados. É um meio dos estudantes se posicionarem sobre assuntos complexos que exigem muitos debates como, por exemplo, o próprio Estatuto da UEE ou, ainda, nossa posição sobre as eleições parlamentares de novembro/78.

Por outro lado, certos problemas podem requerer respostas imediatas, como a decisão sobre corte de verbas, prisões, invasões de campus, etc. Nestes casos deve haver um meio rápido de posicionamento do estudantado: a ASSEMBLÉIA ESTADUAL,

levada setorialmente por escola, universidade ou região, conforme o caso, e com quorum mínimo de representatividade (10% dos votantes nas últimas eleições para a diretoria da UEE parece razoável).

Já o Plebiscito, também de rápida consulta às massas, embora seja atrasado enquanto instrumento de decisão, enquanto instrumento de luta pode ser um meio bastante eficaz, quando envolve problemas já bem conhecidos pelos estudantes. Exemplo disso é o Plebiscito sobre Ensino Público, levado na USP em 72, com participação maciça dos estudantes, e cujo resultado (95% contra) foi, em si, um poderoso protesto que repercutiu por todo o país.

Se a diretoria da UEE pode e deve decidir, em determinados momentos, sobre problemas urgentes, com base em seu programa eleito, já os congressos, assembleias e plebiscitos estaduais possuem, evidentemente, poder superior ao da diretoria. São as formas de vida da democracia interna à entidade.

Como fortalecer as bases da UEE? Ninguém poderia dizer que a UEE hoje já representa a massa estudantil do estado. Este é ainda um objetivo e não um fato.

O que se pode afirmar, de certo, é que as principais bases de sustentação da UEE neste momento são as entidades do estado, desde os grêmios e C.As. até as UMEs, entendidas não enquanto suas diretorias, mas sim enquanto o conjunto dos estudantes que delas participam ativamente, em cada escola.

Fortalecer a UEE é fortalecer suas bases, as entidades.

Leve-se em conta também que a maioria das escolas não possui um grau de mobilização e organização como na USP, PUC ou Federal de São Carlos. O grande número de "cartas de apoio" enviadas por entidades estudantis às Assembleias Metropolitanas são prova de que nestas escolas os estudantes nem sempre encontram meios de participação ATIVA no movimento.

Para superar este desnível, para aumentar a participação das faculdades do interior, das escolas isoladas da capital e dos secundaristas, cumpre um papel importante a organização destas escolas por áreas ou regiões (a exemplo da CCC - Comissão Cultural do Interior), através de Coordenações que programem atividades comuns e levantem formas de luta em consonância com a realidade destas áreas e que, ao mesmo tempo, integre essas escolas no movimento como um todo. Neste sentido é urgente reativar a Comissão das Isoladas e criar uma coordenação de secundaristas.

A própria UEE, enfim, trabalhando pela organização, união e ampliação das lutas estaduais, contribuirá para que as entidades de base, participando, ganhem maior representatividade; contribuirá para criá-las onde elas não existam e para que os DCEs., DAs. e organismos de secundaristas ainda submetidos à burocracia, libertem-se deste atrelamento, superando na prática o decreto lei 228; contribuirá para que as entidades de base se fortaleçam enquanto instrumentos políticos de luta da massa.

estudantes

SECUNDARISMO - ORGANIZAÇÃO E LUTAS

(O presente artigo foi elaborado por um grupo de secundaristas de S. Paulo).

«A última tentativa governamental de reforma da Educação para o secundarismo tornou-se, como não poderia deixar de ser, inviável. Esta reforma é a mesma levada a cabo nos E.U.A. e submetida a nós, através da lei nº 5692, que aponta a necessidade de tecnizar os cursos colegiais, ou seja, formar mão de obra especializada e barata para as sofisticadas fábricas estrangeiras, ao mesmo tempo em que resolveria o problema dos excedentes na Universidade, uma vez que estes já teriam um salário para se manter e não necessitariam de um facultade.

A inviabilidade dessa forma fez-se sentir desde o início, com a imposição do ensino técnico aos estudantes, sem que houvessem condições práticas para isso; com a tentativa de institucionalizar o ensino pago, através de prestações progressivas como as taxas de A.P.M., apostilas, etc.

E em consequência, brotaram da noite para o dia centenas de escolas particulares de esquina, contando com apoio governamental, para tentar suprir as falhas estaduais e dar mais um passo para o Ensino Pago, tomando a educação mera empresa de lucros fáceis.

Comum às escolas estaduais e particulares veio a tentativa de implantar Estudos Sociais e cortar Filosofia dos currículos, levando aos alunos uma visão deturpada e confusa, como nos programas de T.V.

O enorme funil se faz presente tanto nos colégios, através do vestibulinho quanto nos cursinhos, nos quais apenas uma minoria privilegiada passa por sua estreita boca, enquanto que a grande maioria fica marginalizada do processo educacional.

Estes são alguns dos problemas que atingem mais acentuadamente os colégios do centro da cidade de São Paulo, enquanto que nos da periferia, além destes, vem juntar-se a falta de condições de higiene, transportes, alimentação, assistência médica gratuita e a miséria, fazendo com que, desde cedo, esses colegas sejam obrigados a trabalhar, muitas vezes em fábricas, para poderem se sustentar; onde sentem a falta de segurança, a insalubridade, a alimentação precária, os mecos salários mínimos, o que só vem comprovar a continuidade do processo da situação de super-exploração econômica e opressão a que estão submetidos os trabalhadores.

Frente a toda essa situação, durante os últimos anos houveram algumas lutas contra a nefasta política educacional, porém parciais, sem unificação com os outros colégios mobilizados.

A inexistência de grêmios livres que lutem por nossos direitos, que denunciem essa situação, é marcante. A sua criação pressupõe a existência de grupos organizados que encaminhem as lutas próprias (dentro do colégio) e também as gerais, que hoje assumem um cunho popular. Porém, aí se faz presente a repressão que tenta nos calar, intimidar e para que possamos lutar conjuntamente contra ela é necessário mobilizações maciças de secundaristas que venham aglutinar os nosso colegas mais distantes da periferia, e transmitir-lhes experiência e organização na perspectiva de criação de grêmios livres e independentes.

Mais recentemente, passamos a integrar a mais elevada forma de organização já conquistada: a União Estadual de Estudantes de S. Paulo, através de votação unânime do plenário a favor de nossa participação.

Hoje, um grupo já grande de secundaristas e vestibulandos estão se organizando aqui em São Paulo na luta pelo ensino público e gratuito para todos e por mais vagas na Universidade.

Assembléias, reuniões, estão ocorrendo e em uma destas surgiu a proposta de se passar um Abaixo-assinado que exija mais vagas na Universidade e pelo ensino público e gratuito para todos.

Nesse contexto, criou-se o Comitê por Mais Vagas na Universidade, o qual surgiu da necessidade de organizar as várias comissões de luta existentes dentro dos cursinhos e de alguns colégios que criaram murais, jornais independentes e que se mobilizaram na luta contra a repressão das diretorias.

Realçamos, portanto, urgência de entrarmos em contato com os colegas secundaristas e grupos isolados para poderemos encaminhar conjuntamente o Abaixo-assinado e todo o processo de organização e lutas.

As datas e locais de reuniões estão sendo publicados pela imprensa, inclusive a data e o local de entrega do Abaixo-assinado.»

**PELO ENSINO PÚBLICO E GRATUITO PARA TODOS!
POR MAIS VAGAS NA UNIVERSIDADE!**

OS ARTISTAS ENTRAM EM CENA

OS ARTISTAS ENTRAM EM CENA

Neste artigo, procuramos mostrar como uma categoria profissional específica contribui no processo global de resistência ao atual regime, lutando dentro de suas próprias condições, ou mesmo pelos seus próprios interesses, como é o caso dos artistas de S. Paulo.

Já no início deste ano aprofundou-se o debate sobre a censura no meio artístico e alguns profissionais chegaram a falar diretamente com ministros sobre o assunto.

Porém os fatos foram evidenciando que não bastava o interesse demonstrado por algumas pessoas para solucionar problemas que são na verdade verdadeiras «barreiras» instituídas há muito e que o regime tanto luta para preservar.

O «interesse» oficial pelas artes é uma vergonha: a censura, as inseguras condições de trabalho e o desrespeito aos autores, escritores músicos, etc. tem sido muito bem denunciados por Plínio Marcos e outros.

Os artistas, de forma consciente, resolveram apoiar o movimento estudantil e saíram às ruas para engrossá-lo. Foi quando um grupo bastante significativo, não apenas em número mas em popularidade, foi reprimido e levado ao DEOPS/SP. Isto, ao invés de intimidar, só contribuiu para aumentar a adesão da classe ao movimento despertando, inclusive, o interesse pela discussão dos problemas específicos que a atingem.

É nesse quadro que vai tomando forças o grupo URDIMENTO — nome da chaco de oposição sindical dos artistas.

Situação do Sindicato e Dificuldades da Classe

O S.A.T. - Sindicato dos Artistas e Técnicos em espetáculos de diversões no estado de S. Paulo - é um organismo burocrático no funcionamento e insignificante na atuação. Isto porque jamais cumpriu suas funções, ou seja, defender na prática os interesses daqueles que representa, com relação às questões salariais, de regulamentação da profissão, de desemprego, etc. Eles não seriam vítimas da camada empresarial sufocante ou da máquina infernal de agências de emprego (sugadoras do pequeno salário do artista, através de percentagens) se este sindicato não compactuasse com tal situação, ou se tivesse força e representatividade.

O fato é que o SAT foi gradativamente caindo num descrédito total: ninguém mais se interessa em sindicalizar-se, os que estão sindicalizados deixam de pagar suas mensalidades, e assim vai. Prá se ter uma idéia do abandono em que se encontra, basta ver que dos milhares de sócios inscritos, apenas cerca de 250 estão aptos a votar nas próximas eleições.

O Grupo que se empenha na oposição percebeu que era necessário organizar-se para modificar o caráter deste sindicato e lutar: «por melhores condições de trabalho, pela regulamentação da profissão, por melhores salários, pelo fortalecimento da Entidade, pela renovação e democratização do sindicato». E ainda: contra os abusos de poder e o desrespeito pelos direitos trabalhistas (mínimos, mas conquistados com anos de lutas). Urdimento está realizando, também, uma ampla campanha de sindicaliza-

lutas de resistência

ção que ganhou, em poucos meses, mais de 400 novos sócios.

Foi e é com estes objetivos de lutas pelo interesse comum que esta chapa de oposição sindical vem exemplificar o quanto é importante que cada setor, que cada categoria profissional, se organize e lute de forma independente, em defesa de sua entidade e de suas necessidades.

Atrrelamento e Peleguismo

As dificuldades para a oposição começam agora. O sindicato (como todos no Brasil) é atrrelado ao Ministério do Trabalho e portanto regido por este. Sobre o processo eleitoral, a legislação impõem critérios incríveis, para não dizer absurdos. De certa forma exigem atestados ideológicos dos participantes. Mais claramente, é o seguinte: a diretoria do sindicato é composta por 24 elementos. Apresentando-se a chapa, o ministério vai fazer um levantamen-

to do passado de cada pessoa. Não bastando isto, qualquer pessoa pode apresentar queixa sobre qualquer um dos nomes, seguindo-se então um processo de impugnação do mesmo. A oposição tem direito de apresentar defesa, mas este processo pode ficar rolando até cinco dias antes das eleições, quando isto ocorre, a chapa não tem tempo hábil para apresentar novo nome.

No caso da chapa Urdimento a diretoria atual do sindicato (que mais uma vez concorre às eleições) denunciou 22 nomes dos 24 do total da chapa de oposição e o famoso processo de praxe está em andamento. Uma vez mais queremos apontar para o peleguismo repressivo e o atrrelamento arbitrário que todos os sindicatos do Brasil vem sofrendo, aproveitando para apresentar nosso repúdio à atual diretoria do SAT.

Os passos iniciais estão dados. Vocês da chapa Urdimento, continuem na luta! Não apenas para derrubar estes pseudos representantes de sua classe, mas também para que amanhã o SAT seja livre.

condições de vida

QUEM PAGA O TROCO

Na medida em que o governo tenta superar a crise e controlar a inflação, seus ajustes e projetos econômicos tendem a atirar, cada vez mais, as já precárias condições de vida do trabalhador.

É assim que a partir do 1º de setembro mais uma vez a área dos transportes coletivos é foco de descontentamento, tanto dos usuários, como dos trabalhadores desse setor.

Isso se dá com o novo aumento das tarifas, onde a população já cansada de deixar os 20 centavos na roleta, se vê na iminência de ter que «morrer» com 40 ou 90 centavos.

«Isso já é demais». E as reações de protesto não demoram a despontar. No primeiro dia dos usuários revoltados com a falta de troco só deixam Cr\$ 2,00 e, ante as reclamações do cobrador, argumentavam: «O resto fica por conta dos 20 centavos que até então tive que pagar a mais».

Por sua vez, o cobrador que tinha nos 20 centavos anteriores e complemento do seu magro salário, vê no protesto um impedimento para sua caixinha diária.

E a situação se acirra. Ônibus de várias empresas são apedrejados e muitos cobradores se recusam a trabalhar.

Nesse primeiro dia de implantação do novo reajuste pelo governo, várias linhas paralizam e, nos pontos, filas imensas são formadas.

Os donos das empresas, após serem entrevistados a respeito do novo reajuste e da situação gerada por ele comentam: «O povo se acostuma. Eles não se acostumaram com a última tarifa?» Outros, porém, vêem no descontentamento um grande perigo à «ordem e tranquilidade», pois «a massa enfurecida é imprevisível», e várias outras conjecturas são formuladas.

Mas, de uma forma ou de outra, as moedinhas de 10 centavos não tardam a aparecer, e a população usuária se acalma por hora.

Agora, resta uma pergunta: e os cobradores?

Parte dessa pergunta pode ser respondida por um próprio trabalhador da Viação Bandeirantes que foi entrevistado por esse jornal.

«Prá gente, a «caixinha» era muito importante, pois dava para tirar dinheiro pro leite, pão, cigarro e dependendo do dia até para uma cervejinha. Agora, sem caixinha o que é que vamos fazer?»

Eu trabalho de segunda a sábado das 5 horas da manhã às 21 horas, e ganho Cr\$ 5,60 por hora. Faz as contas e vê se dá! Minha mulher não pode trabalhar pois tem um filho novo e não tem onde deixar.

Só de aluguel pago Cr\$ 850,00, fora água e luz. E ainda dá prá tirar isso porque tô fazen-

do «fominha». Chega domingo eu e minha mulher deitamos na cama, cada um dum lado, bunda com bunda. E ficamos assim, zero a zero».

Toda empresa estipula como tempo de trabalho 8 horas, com direito a duas horas extras após esse período. Mas isso quase nunca é cumprido pois o trabalhador para se manter tem que trabalhar mais do que essas 10 horas. Esse período após as 10 horas é chamado popularmente de «fominha». Essas horas são pagas no mesmo dia ou no dia seguinte e dessa quantia a empresa não desconta nem INPS nem FGTS, trazendo com isso um lucro enorme para ela.

Outro cobrador, esse da Viação Tupã, não tem a mesma sorte, pois não tem conseguido fazer «fominha». Esse cobrador ganha Cr\$ 4,66 por hora e trabalha 6 dias por semana, só conseguindo fazer às 10 horas por dia, contando as duas horas extras. Tem mulher e filho e o máximo que consegue tirar é Cr\$ 1.400,00 por mês.

Vários cobradores de outras empresas também foram entrevistados e a situação de cada um varia entre o da Bandeirantes e o da Tupã. Mas o que dá para sentir bem claro entre eles é o descontentamento e revolta que existe.

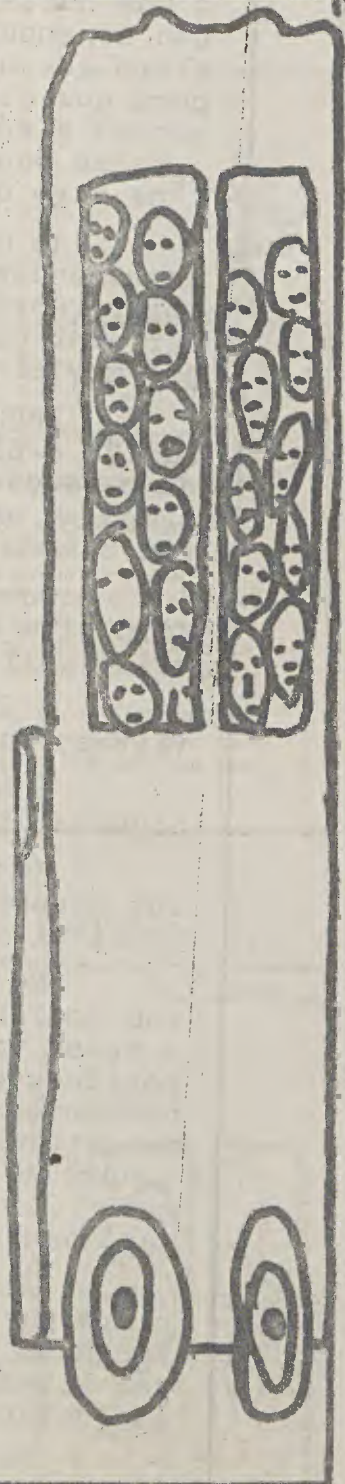
Quando perguntamos se o sindicato não está fazendo nada, muitos não sabiam responder, outros acharam que o único que conseguiria resolver a situação era o governo e outros ainda respondiam: «Aquele pessoal do sindicato nunca fez nada».

Mas, com sindicato ou sem sindicato, acontece que algumas lutas isoladas já começam a acontecer.

Ocorreu na Viação Santa Madalena, terça-feira, dia 6 de setembro.

Os cobradores dessa empresa paralizaram o serviço nesse dia e levaram um abaixo-assinado com 53 assinaturas para o gerente da empresa, reivindicando aumento de Cr\$ 5,00 para Cr\$ 5,60. O gerente da firma, juntamente com o advogado queriam de todo jeito que o pessoal que foi levar o abaixo-assinado se demitisse. Como resistiram, 6 deles foram levados para o DEOPS e 2 pediram demissão na hora. No DEOPS eles prestaram depoimento e, depois dos agentes disseram que a empresa não tem condições de dar aumento, foram orientados para procurar o sindicato dos empregados... Como se o sindicato estivesse realmente interessado em resolver o problema.

O fato é que na 4ª feira seguinte, mais dois cobradores pediam demissão, enquanto que o chefe de tráfego afirmava que «em breve a situação será resolvida».



Um fio na meada

Até ben pouco tempo atrás, a ditadura pôde gozar de uma relativa estabilidade, uma relativa liberdade de ação, uma vez que poucos eram os que ousavam contestá-la.

Atualmente, porém, ela viu-se envolvida numa séria crise econômica e política, onde começaram a aparecer descontentamentos, tanto por parte dos setores explorados quanto por parte da própria burguesia, que vê suas possibilidades de lucro diminuídas.

Neste contexto, insere-se o movimento estudantil que neste ano ganhou as ruas (o que não ocorria desde 68), seja na luta por mais verbas para a educação, seja na defesa de presos políticos, seja levantando bandeiras de luta populares, como "Abaixo a carestia", desgastando o regime ditatorial e conquistando avanços organizativos nas formas de resistência à ditadura.

Por sua vez, a ditadura encontra-se dividida e enfraquecida, o que não significa que esteja prestes a cair. É claro que hoje ela não se encontra coesa ou forte da mesma forma como o era antes. É claro que as recentes manifestações de rua a desgastam e contribuem para que ela se isole ainda mais. Porém, essas manifestações não contam ainda com um amplo apoio ou mesmo uma adesão significativa das massas populares, que a obriguem a optar por uma saída mais democrática para o atual impasse político.

As manifestações de rua mais recentes são ainda lideradas e engrossadas pelo movimento estudantil; é nele que encontramos sua maior representatividade e sabemos que não seremos nós quem iremos derrubar este regime ou forçá-lo a uma redemocratiz. Somente um amplo movimento de massas teria força suficiente para tanto.

Enquanto isto, através de um processo de "endurecimento gradual", a ditadura tenta contentar a chamada "linha dura", através de cassações, através de reformas que fortaleçam a Arena, ao mesmo tempo em que se vê pressionada pelas seus setores mais liberais que lhe cobram uma solução mais "democrática" para a crise política.

Ocorre, porém, que a ditadura ainda não se definiu por uma alternativa democrática que lhe dê condições para contornar a atual crise política.

E se ela optasse por essa saída? E se a redemocratização viesse, qual deveria ser nossa atitude frente a uma nova situação?

É óbvio que num regime mais aberto, onde a ditadura conceda algumas liberdades, as coisas seriam bem mais fáceis.

Mas é de fundamental importância que, desde já, tenhamos claros nossos objetivos e que possamos entender o significado de uma possível abertura no regime ditatorial.

No atual quadro de correlação de forças, ainda não contamos com um forte movimento de massas, organizado e coeso. Somente agora a massa vai despertando para a luta e essa ainda se dá de forma espontânea e pouco representativa. As pressões sofridas pela ditadura, portanto, não vem de um amplo e organizado movimento de massas, mas de setores descontentes da própria classe dominante. E dentro deste quadro de forças o movimento de massas ocupa apenas um pequeno lugar. Por isso, se a ditadura se definir por uma abertura do regime será uma opção sua, uma solução que encontrou para amenizar a crise.

É justo participarmos do movimento de oposição ao regime? É claro que sim, mas isto não significa apoiarmos e seguirmos de olhos fechados as bandeiras de luta ou as propostas dos políticos da oposição liberal. Devenos contribuir sim, mas levando aquelas bandeiras que defendam realmente os interesses da grande maioria da população.

Não devenos nos deixar levar por debates do tipo sucessão pre

sidencial, por exemplo. Não se trata de saber quem melhor defenderá os lucros dos diversos setores da burguesia. Se será o chefe do SNI, o general Figueiredo; ou o líder maior da repressão no país, gen. Sílvio Frota, ministro do Exército; ou o comandante das torturas e prisões ilegais em São Paulo, general Dilermando, comandante do II Exército; ou ainda um civil, o senador-banqueiro, Magalhães Pinto, administrador dos lucros que a superexploração e o arrocho sugam dos trabalhadores.

Nem, tampouco, podemos nos deixar iludir pela proposta de "eleições livres" em contraposição à sucessão.

Quem, na verdade, poderá concorrer nessas eleições "livres", se as classes populares estão impedidas de ao menos se organizar em seus sindicatos, de forma independente..? Quanto mais, formar um Partido, dentro de seu próprio seio, que realmente a represente e que por ela possa ser votado nas ditas eleições.

A liberdade nessas eleições seria, no máximo, a de votar nesse ou naquele partido burguês, uma vez que até a própria ARENA já propôs a criação de 4 ou 5 partidos para garantir sua vitória em 74.

Não podemos nos iludir também com a proposta de convocação de uma Assembleia Constituinte, como forma de resolver os problemas políticos que enfrentamos atualmente, ou mesmo como meio para se atingir determinados objetivos.

Essa é uma questão também importante que ocupa hoje em dia um espaço bastante grande no cenário político brasileiro.

A tese da Constituinte nasceu em 1971, num seminário realizado pelo MDB, em Recife, após um período de enorme silêncio por parte do Partido, diante da edição do Ato Institucional nº 5, mas não conseguindo penetrar amplamente nos diversos setores da sociedade, mesmo porque a ditadura ainda vinha garantindo, através do "milagre" econômico, uma certa coesão no bloco dominante e o impasse político ainda não se colocava. E permaneceu esquecida após a vitória em 74, pois o objetivo maior do partido no momento era alcançar maioria nos governos estaduais.

Com o fechamento do Congresso em abril desse ano e o "pacoté" de reformas que, dentre outras coisas, inseria eleições indiretas para governadores, alguns setores do MDB abraçaram novamente a tese.

Mas o que seria uma Constituinte? Quais seus objetivos? Qual a Constituinte que defendem os setores da oposição liberal? E os estudantes? De que forma ela deveria se dar? Quais os seus pré-requisitos? Quem irá convocá-la?

Ao definir a Constituinte, Sérgio Buärque coloca-a como um "parlamento com poderes soberanos para organizar a vida política de uma nação". Através da eleição de representantes dos diversos partidos que se organizariam e apresentariam seus programas, o povo votaria e os eleitos formariam uma "câmara legislativa para redigir a Constituição, a principal lei do país".

Pois bem, é essa a Constituinte que defende o MDB, por exemplo?

Na realidade, o MDB não se define muito claramente com relação a isto, mas pelos pronunciamentos de alguns de seus deputados podemos chegar a algumas conclusões. Pedro Simon, p.ex., considera que a Constituinte deva ser convocada pelo governo, que se "conscientizará" de sua necessidade e, na tentativa de "evitar o mais grave", convocará a Assembleia num gesto de grandeza".

Outros, como Elquisson Soares, colocam a necessidade de algumas medidas democráticas que prededam a Constituinte, como por exemplo, fim do AI-5, fim do art. 477, etc. Outros ainda, consideram que a Constituinte não significará grandes conquistas populares, mas que, numa nova situação política, haverá possibilidade de reforçar

essas reivindicações.

Primeiramente, é importante deixar bem claro que não se pode acreditar que a ditadura, "num gesto de grandeza", convoque uma A.C., permitindo a livre organização dos partidos. E se o fizer será, como bem colocou Pedro Simon, para "evitar o pior". E o pior para a ditadura significa a organização e mobilização da classe trabalhadora e demais oprimidos da sociedade.

Portanto, se a ditadura "der" alguma Constituinte, ela estará dentro daqueles limites impostos pela burguesia. Ou seja, uma AC. que livre, soberana e popular não terá nada. Será uma Constituinte do tipo daquela que defendeu o senador Dinarte Mariz (que, como todos sabem, faz o jogo da "linha dura"): uma Constituinte que produza uma Constituição incorporada por todos os atos e leis de exceção existentes. Mais claramente, a institucionalização do regime ditatorial.

Já para Fernando Henrique Cardoso (sociólogo e professor), a Constituinte é o "mecanismo pelo qual.. a vontade coletiva.. se manifesta para tatar as regras do jogo político". Mas, ao entrar no caso do Brasil, afirma que, no atual quadro de correlação de forças não podemos ver a possibilidade de se passar de um estado de exceção para um outro, onde sejam os trabalhadores que imponham as regras do jogo e, portanto, conclui que ninguém poderá se iludir que a Constituinte se manifeste dessa forma.

Depois de afirmar isso, depois de reconhecer que para a Constituinte é necessário passar por um processo onde as massas deverão ter liberdade de se manifestar organizadamente, depois de repetir, várias vezes, que nesse processo de convocação de uma A.C. a massa deve participar efetivamente, e não assistir, bestificada, à promulgação de uma nova Constituição, depois de afirmar que em política "quando se põe o carro adiante dos bois não se vai longe", F.H. Cardoso conclui que a Constituinte é a "maneira pela qual se abre um espaço político para melhorar as possibilidades de que a maioria possa participar da vida política brasileira". (?)(!)

A julgar pelos pronunciamentos de diversos setores intelectuais brasileiros, observa-se que existe um consenso, por assim dizer, em relação ao caráter que deverá ter a Constituinte.

Para eles, a A.C. deverá ser livre e soberana e isto não é nenhuma novidade. Mas de que forma ela poderá garantir sua liberdade e soberania, nas condições políticas da atual correlação de forças, não se consegue precisar.

Não se pode falar em votar com liberdade, em participar da Assembleia Constituinte e ignorar, ao mesmo tempo, a existência de todo um mecanismo repressivo montado para garantir o acorrentamento do povo brasileiro.

Ora, como é que uma Constituição, um pedaço de papel, pode ter poderes quase que "sobrenaturais" para garantir, por exemplo, que milhões de vidas da grande maioria oprimida? Como é que uma lei escrita pode garantir, por exemplo, que num parlamento os deputados representantes do povo estejam lá para defender realmente os interesses do povo?

Quem garante isso são os próprios setores populares, organizados e conscientes.

Não se pode pensar num verdadeiro poder popular sem que haja uma participação efetiva do povo, não somente numa simples escolha de seus representantes no governo mas, inclusive, através de organismos populares de controle e fiscalização de todos os atos desse governo.

Não somos nós, estudantes, nem os deputados autênticos do MCB, nem os intelectuais, tampouco, que conquistaremos a liberdade necessária para que o povo possa escolher, de forma consciente, seus verdadeiros representantes. Liberdade cabe a todo o povo conquistá-la. É a participação efetiva de todos num processo de conquista de direitos

políticos que irá pesar mais. Ora, nas condições atuais, onde não existe essa participação (porque participação significa poder de decisão política), a convocação de uma A.C. desembocaria, certamente, numa Constituição definida por elites, uma Constituinte contralada e falsificada pela ditadura que poderia, inclusive, aproveitá-la como meio para autolegitimar-se.

Se ainda não é possível afirmar qual a forma que assumirá um futuro poder popular, ou através de que forma se poderia chegar a ele, pois isso dependerá do crescimento do movimento de massas e do desenvolvimento das lutas políticas, no entanto, hoje em dia, no atual quadro conjuntural e de correlação de forças é incorreto abraçar a palavra de ordem "Pela Constituinte, livre, soberana e popular".

O fato é que, nas condições atuais, onde a classe oprimida encontra-se dispersa, onde sua liberdade de manifestação inexiste, onde sua mínima entidade representativa no momento - o sindicato - encontra-se atrelada à ditadura, onde suas lutas por melhores condições de vida, por menores que sejam, são violentamente reprimidas, onde ela não tem condições, ao menos de formar o seu próprio Partido, não se pode pensar em Assembléia Constituinte livre, soberana e popular.

Porque livre, significa que as classes populares que hoje não têm liberdade para nada, vão poder eleger e serem eleitas; porque soberana significa que acima da vontade da maioria do povo não poderão prevalecer vontades de minorias privilegiadas; porque popular significa que é essa vontade, é esse interesse, são esses objetivos que mais deverão pesar.

Para se pensar em qualquer forma de poder popular, na derrubada da ditadura, é preciso, fundamentalmente, organizar a resistência popular à ditadura. Ou seja, o conjunto de tarefas que contribuirá para, no fortalecimento deste movimento de resistência, ir aumentando o nível de consciência da massa, avançando suas formas de organização política para que elas se tornem suficientemente fortes para sustentar uma luta política mais ampla, mais independente, mais autônoma. E mais: acumulando forças neste processo, para uma defesa intransigente da luta por suas liberdades de organização e manifestação, pelo fim da opressão e superexploração a que está submetida.

Não se pode, também, duvidar das intenções democráticas dos que apóiam a convocação de uma A.C. livre e popular. O único problema é que ao colocar num segundo plano o conjunto de tarefas que garantirão a formação de um verdadeiro poder popular, acabar, na verdade, por negá-lo. E fazem profissões de fé: "A Constituinte que queremos deverá ser precedida de uma série de conquistas, tais como a liberdade de manifestação e organização, o fim da ditadura, etc."

Mas por que não lutar agora pela livre manifestação e organização dos trabalhadores e demais oprimidos, por que não lutar agora pela liberdade sindical e pela formação de partidos populares, por que não lutar agora pelo fim à repressão e todas as leis repressivas, ao invés de lutar por uma Constituinte que não conseguirá garantir, por si só, sem nenhum respaldo de massa, que se efetivem os objetivos a que se propôs defender?

Hoje, os setores oprimidos não possuem um grau de mobilização e organização suficientemente elevado para sustentar, de fato, qualquer proposta de governo voltada para a defesa concreta dos interesses dos trabalhadores.

Hoje, é necessário formar e fortalecer as organizações de base popular, como as entidades estudantis, as comissões de fábrica, as comissões de sindicato, as comissões de bairro, comitês de denúncias das condições de trabalho nas fábricas, de luta contra a carestia nos bairros, por melhores salários, etc.

Hoje, é necessário fortalecer os sindicatos, isolar seus dirigentes pelegos.

Hoje, é necessário fortalecer as pequenas lutas contra a carestia, contra o desemprego, pela elevação dos salários, pelo congelamen-

to dos preços, contra o arrocho salarial, conquistando, através delas, tanto vitórias parciais como saldos organizativos, que vão solidamente conquistando novos espaços políticos de organização independente.

É preciso, desde já, lutar pela livre manifestação e organização e fortalecê-la, pois será no seio dessas lutas que surgirão os embriões de formas de organização mais avançadas.

É lutando pela criação dessas condições, é agitando palavras de ordem claras, objetivas e consequentes que poderemos contribuir melhor para esse processo. Não através de uma palavra de ordem que nada irá resolver; senão estaríamos concretamente colocando o carro na frente dos bois e, como sabemos, em política, isso não nos levará a nada.

PELA LIBERDADE DE ORGANIZAÇÃO E MANIFESTAÇÃO AOS TRABALHADORES

E OPRIMIDOS!!!

condições de vida

esta terra estás em palmos medida...

"Cada vez mais diminuem os palmos medidos dos caiçaras-praieiros da região pertencente a Ubatuba Paraty (litoral Norte de S. Paulo e sul do Rio de Janeiro). Este fato constata-se "in loco" para quem quiser ver. E nós, como grupo de estudantes que visitou essa região a fim de fazer um levantamento sócio-econômico-sanitário, entramos em contato direto com a população e funcionários do governo de Trindade e Ponta Aguda. E constatamos as arbitrariedades, exploração e violência a que estão submetidos os moradores desta região.

Segundo depoimento dos próprios moradores, eles estão sofrendo grandes pressões para saírem de suas casas, permitindo a apropriação de suas terras por companhias e indivíduos interessados em explorar turisticamente a área, construindo grandes hotéis e casas de luxo. E para garantir o bolo lucrativo a famosas empresas multinacionais como a Light e outras, aliadas a ilustres políticos do cenário brasileiro, como era o Sr. Carlos Lacerda, pressionou-se os caiçaras de todos os modos: grilando terrenos, oferecendo ninharias por terrenos que irão render fábulas em dinheiro, contratando grupos de homens (os chamados jagunços) que têm como função executar a expulsão do caiçara, agredindo-o tanto física como moralmente, queimando suas casas e roças, anegando-o com facas e armas de fogo

Em Trindade, por exemplo,

esse grupo de jagunços ocupou a maior parte da casa de uma família caiçara com a qual tivemos contato. Neste contato, a dona da casa nos informou que esse grupo ameaça constantemente a população local e que vivem bêbados e armados.

Em Ponta Aguda a situação está mais "amena", pois seus moradores resistem menos do que os trindadeiros e abandonam suas terras e casas mais facilmente. Mas também aí há exploração e agressões. As casas e terrenos são "comprados" por uma ninharia, os moradores recebem constantes visitas intimidando-os para sair o mais breve possível; os jagunços depredam suas plantações, assim como em Trindade.

Muitos jogos sujos são postos em prática para vencer os mais resistentes, jogos esses que usam a ingenuidade e boa-fé do caiçara: uma senhora nativa de Ponta Aguda nos contou que foi levada a um cartório para assinar um documento que iria permitir usar uma parte de seu terreno para alargar uma picada de morros, mas.. em vez disso, assinou a venda de seu terreno e de sua casa, pois não sabe nem ler nem escrever e os agentes do governo aproveitaram-se da situação para dar o golpe.

O meio de sobrevivência dessa população consiste da pesca e agricultura de subsistência. Ao terem de abandonar a terra, o que lhes resta fazer nas cidades litorâneas? Engrassar a população que vive pelas praias doces, morando em barracos nos charques, assaltando e prestando pequenos serviços aos turistas. "

Lutas de resistência

Eles decantam a "índole pacífica" do povo brasileiro. Fazem propaganda aos turistas sobre este "paraíso tropical" de paz e tranquilidade.

Eles censuram os jornais para encobrir a outra face do Brasil, a da miséria e opressão. Para que as lutas de resistência do povo oprimido, ainda isoladas e desorganizadas, mas sempre presentes, não sirvam de incentivo àqueles que sob tanta repressão dobram-se diante do medo e ainda não descobriram a própria força.

Abrimos em nosso jornal a seção "Lutas de Resistência" não apenas com o objetivo de divulgá-las mas, principalmente, problematizar o conjunto dos estudantes com essas lutas de modo a encontrarmos as melhores formas de apoiá-las.

Para isto, é fundamental conhecermos as condições em que vive o povo brasileiro.

Segundo o IBGE, da população ativa em 1972 (aproximadamente 26 milhões), 13 milhões recebiam, no máximo um salário mínimo.

Já a própria lei (artº 81 da CLT) determina que um salário mínimo deveria cobrir as necessidades básicas de uma família - um operário, sua mulher e dois filhos - em determinadas proporções que aplicadas ao salário mínimo atual torna-se verdadeiro deboche:

itens	%	s.m. atual
alimentação	43	475,75
habitação	33	365,11
vestuário	14	154,89
higiêne	6	66,38
transportes	4	44,25

Contudo, para os cálculos do DIEESE, o salário real que atenderia o artº 81 da CLT deveria atingir Cr\$ 3.741,00 em maio de 77, sem contar gastos com saúde e lazer.

E hoje, os meios que o trabalhador vem encontrando para sobreviver — fazer hora extra ou colocar a família inteira para trabalhar — também são ameaçados pela crise que faz o desemprego crescer assustadoramente pelo país. Assim é que o setor ferroviário já demitiu 20.000 (de outubro/76 a agosto/77); o de construção civil deverá totalizar 82.000, caso não forem retomados os programas de obras governamentais; o setor automobilístico já demitiu mais de 10.000 até abril/77. Também isso não deixa de ser uma poderosa arma nas mãos dos patrões pois o trabalhador, frente ao medo de ser dispensado por qualquer motivo, é obrigado a produzir mais e inclusive aceitar o salário-de-fome, uma vez que do lado de fora dos portões da fábrica há milhares de pessoas dispostas a trabalhar a qualquer custo.

Mas, apesar de tudo, as lutas populares se reanimam.

METALÚRGICOS

João Ferrador, personagem há vários anos na "Tribuna Metalúrgica" jornal do sindicato dos metalúrgicos de S. Bernardo, incentiva seus colegas a se sindicalizarem e a lutarem.

Renascendo após quase uma década de forçado silêncio pela mais dura repressão, os trabalhadores ressurtem no cenário político. As miseráveis condições de vida, os verdadeiros salários de fome, a reduzir crescentemente a qualidade e a duração de suas vidas são hoje os focos mais concretos de revolta e descontentamento.

Pressionado pelas bases, onde se destaca o trabalho combativo das oposições sindicais e dos trabalhadores mais conscientes, os dirigentes sindicais não tiveram outra solução senão convocar assembléias para discussão da maneira de recuperar uma parte razoável dos salários, roubada pelo governo através de manobras estatísticas, em plena época do "milagre".

Segundo cálculos do DIEESE (*-vide página seguinte), baseados em preços reais no mercado, o custo de vida aumentou 26,68% em 73. Entre-

tanto, o índice do governo atingiu apenas 15,1% no mesmo ano, calculado, é claro, com base nos preços da tabela oficial que na prática nunca são obedecidos (em 73, por exemplo o preço tabelado da carne de primeira era de 6,60 por kg., quando no mercado não se comprava por menos de C\$ 14,00). Mas só agora, após a divulgação do relatório do Banco Mundial criticando as incorreções dos números oficiais do crescimento brasileiro em 73, é que o governo admitiu a manipulação dos índices.

Com suas manobras estatísticas, o governo mata dois coelhos com uma só cajadada só: de um lado, tranquiliza e atrai os investidores estrangeiros, simulando um crescimento produtivo e uma estabilidade econômica que já não são tão grandes em 73/74, quando se evidenciam os primeiros sintomas da crise econômica. Por outro lado, enganando sobre o custo de vida, ele tenta esconder sua política de arrocho salarial, intensificando na época da crise, a fim de conservar as taxas de lucros dos capitalistas, fornecendo também os argumentos mentirosos dos quais os pelegos se utilizam para repudiar as propostas "irrealistas" de aumento feitas pelos trabalhadores.

Munidos de cálculos do DIEESE, cinco mil metalúrgicos de S. Bernardo, em assembleia (3/9) decidiram iniciar um processo de dissídios coletivo para obter 34,1% de reposição salarial. Além disso, aprovaram propostas para manter a classe em permanente mobilização a fim de reforçar a reivindicação: assembleia permanente, divulgação do movimento na imprensa, distribuição de jornais e boletins nas portas das fábricas. Caso não entrem num acordo com os patrões e caso a Justiça do Trabalho não lhes de ganho de causa, já cresce entre os metalúrgicos a idéia de greve. E esta parece ser a alternativa necessária. Por um lado, os empresários julgam impraticável qualquer reposição salarial. Por outro lado, os ministros da área econômica e trabalhista, reunidos com os dirigentes dos principais sindicatos metalúrgicos, em 6/9, anteciparam seu "não" a qualquer aumento não previsto, dizendo que os erros de 73 já foram recompensados nos anos posteriores e que um aumento agora estimularia a inflação.

Quanto ao amplo documento levado pelos dirigentes sindicais em nome dos 850 mil metalúrgicos do estado

de São Paulo, onde é discutida e criticada toda a política salarial oficial e reivindicada liberdade sindical completa (negociação direta com os patrões e amplo direito de greve, entre outros), foi ignorado pelos ministros.

Porém, o descaso governamental para com os problemas destes trabalhadores não conseguiu arrefecer o movimento que agora se amplia para outros estados e outras categorias. Jornalistas, bancários, trabalhadores nas indústrias de petróleo, da panificação, etc. Realizam suas assembleias, norteadas pelas reivindicações também pelos índices do DIEESE, que variam por categoria de cidades.

A Federação dos Metalúrgicos do Est. de S. Paulo, por sua vez representando 38 sindicatos e 850 mil trabalhadores, aprovou em Ass. (14/9) a reivindicação de 51% reajuste: 34% relativo à perda 73/74 e 17% referente à perda de poder aquisitivo desde o último aumento (abril/77).

Neste quadro, podemos notar uma novidade: os sindicatos são obrigados, através de seus dirigentes, a levar adiante o movimento. Levarão, inclusive, unificá-lo para que já está marcada uma reunião em Porto Alegre (7/10) entre representantes de metalúrgicos de Minas Gerais, Paraná, Sta. Catarina, R. Grande do Sul e S. Paulo.

Portanto, são os mesmos velhos dirigentes, que até ontem nada faziam para ouvir e unir a classe que representam, os atuais porta-vozes dos trabalhadores. Os mesmos que até então mobilizam seus postos de direção graças às vazias eleições sindicais (ou ao desinteresse, por parte dos operários, por um sindicato imobilista que anima apenas um pequeno número a sindicalizar-se) e graças, principalmente, ao aparato repressivo que persegue e demite trabalhadores que defendem um sindicato livre, que impugna as chapas de oposição mais combativas.

Será que estes dirigentes, de um dia para outro, transformar-se-ão de pelegos em heróis?

Sem dúvida, eles são as vedetes nos grandes jornais e revistas burguesas que dão cobertura aos acontecimentos.

Porém, não devemos ter ilusões. Tanto os pelegos, como o governo e os patrões não desmanchariam

um velho namoro assim a troco de nada.

Na verdade os dirigentes sindicais assumem as lutas para não perderem suas posições e porque são empurrados pela força de assembléias que ganham crescente participação. E neste caso o contexto, interessa ainda mais às classes dominantes manter os conciliadores em seus postos, manter o sindicato como ele está, atrelado e controlado.

Entre os trabalhadores, onde cresce a consciência de que o sindicato é hoje muito mais dos patrões do que deles mesmos; esta realidade já é conhecida. Por isso, não defendem apenas o salário, mas exigem também o direito político: a total liberdade sindical.

E assim como nós estudantes que não ficamos só na exigência de liberdade, nem esperamos que o governo nos dê as entidades livres que buscamos, mas estamos a construí-las com nossas próprias mãos — também os trabalhadores constroem desde hoje seus próprios embriões de democráticos do poder, suas comissões de fábrica, seus comitês de luta, suas oposições sindicais contra as atuais direções pelegas e contra o sindicato do patão

TUDO APOIO ÀS LUTAS DOS TRABALHADORES

POR MAIORES SALÁRIOS

POR DIREITO DE GREVE

PELA LIBERDADE SINDICAL

* Fundado em 1959 pelas lideranças sindicais com a principal incumbência de levantar o índice do custo de vida da família assalariada, e em decorrência da desconfiança nos dados estatísticos oficiais publicados na época e utilizados nas negociações salariais. — DIEESE.

BANCÁRIOS: entre um sim e um não

Com crise ou sem crise, o fato é que o sistema bancário firmou-se como um dos setores mais rendosos da economia brasileira, tal foi o aumento geral de lucratividade constatado quando os bancos publicaram seus balanços anuais. Para isso, sem dúvida, muito contribuiu o trabalho de milhares de bancários que vendem sua saúde cada dia mais barato.

Pelos dados do DIEESE, a categoria bancária precisaria de um reajuste salarial de 89% para recuperar o poder de compra que tinham em 1964. Isso, se levarmos em conta apenas a inflação pois, para que os "mendigos de gravata" pudessem ter seu suor retribuído, ou seja, participarem do aumento da produtividade nos últimos 13 anos, o reajuste de 77 teria que ser de pelo menos 236%.

17 de agosto. Com cerca de mil pessoas inicia-se a Assembléia da Campanha Salarial /77, que pode ser decisiva. A pauta de reivindicações elaborada em assembléias anteriores, já havia sido entregue ao Sindicato dos Bancos. Dentre itens variados, os principais eram: reajuste de 65% e aumento de C\$ 60 para C\$110 do anuênio (adicional mensal por ano de serviço). Era hora de discutir a contra-proposta dos banqueiros: reajuste de acordo com o famoso "índice oficial do governo" e 100% a mais no anuênio (de 60 para C\$120).

Além da hipótese de intensificar a mobilização e continuar a negociar com os patrões até o fim do prazo legal, havia fundamentalmente duas opções: entrar em acordo puro e simples, aceitando a contra-proposta, ou a partir do dissídio, entregando a questão à Justiça do Trabalho.

Acontece que nos dissídios mais recentes, a Justiça optou pela imposição do índice oficial até para o anuênio. Daí, era certo que se dependesse apenas dos tribunais, os acordos seriam ainda piores.

Assim, em peso palpável na assembleia, o pessoal disposto a levar essa luta até o fim conseguiu ganhar um encaminhamento que permitia a palavra a apenas seis oradores, três a favor de acordo e três a favor de dissídio. Falaram os seis, mas não satisfizeram. Ficou muita gente reclamando por não ter tido direito à palavra, que sempre virava privilégio de poucos. No meio do vozerio era impossível ouvir a mesa.

Foi então que o presidente à diretoria, à mesa, sem se preocupar em anunciar claramente o regime de votação, ou mesmo em se fazer ouvir, perguntou por quem era a favor do dissídio. Duas fileiras da frente do estreito auditório, comprido e alvoroçado, alguns dos mais atentos levantam a mão. "É quem é a favor do acordo?" Das mesmas fileiras outros igualmente atentos, erguem os braços. Após contar os votos o que não exigiu muito esforço, já que só votou quem ouviu e só ouviu quem estava na frente - o presidente da diretoria anuncia que, por maioria absoluta, vence a proposta de acordo com os patrões "Encerrada a assembleia". Manda desligar os microfones e levanta-se com o resto da diretoria.

"O quê? Acabou?" Era a perplexidade de centenas de bancários que mal entendiam o que acontecia. Os devotos de Nossa Senhora dos Acordos, padroeira dos Banqueiros, procuraram colocar todos para fora, de forma que muita gente do fundão vai embora achando que acabou mesmo, quando...

Forma-se uma comissão para assumir a assembleia, pondo em xeque a validade da mesa que se retirava.

Nessa segunda fase, com cerca de 400 pessoas, resolveu-se passar pelos bancos um abaixo-assinado, a ser entregue coletivamente no Sindicato dos Bancos. O documento nega o acordo, reiterando a luta pelos 65%. Durante essas deliberações, a diretoria sai do salão sob vaias e gritos de "pelegos", "fora a mordomia".

E é nesse nível de boicotes que a diretoria tem se contraposto às posições dos bancários mais dispostos. Desde o órgão oficial da entidade, até a matéria-paga alusiva ao "Dia do Bancário", passando pelos boletins informativos e as frases de John Kennedy coladas na barbearia, ela não perde uma oportunidade para levantar seu "alerta à categoria" onde apela, por exemplo, para que os "bancários conscientes mantenham-se vigilantes e unidos contra elementos divisionistas que distribuem panfletos apócrifos destinados a tumultuar as campanhas segundo objetivos que ainda não estão bem definidos".

Mas, apesar destas precauções, a diretoria não deixa de escrever em seus documentos "mobilização maciça", "desarrocho", "direito de greve" e outras construções que fazem um pedaço de papel ficar mais combativo. É o fator que, somado à inexperiência da grande maioria dos bancários, que nunca viu assembleia, tem ajudado a "situação" a vencer as eleições.

E, se essa grande maioria não participa de nada, e acaba com pactuando com o arrocho por omissão, é porque ainda não perdeu o ceticismo fatalista do "não adianta nada", o que é reforçado pela atuação paralizante de diretorias que confundem a direção da entidade com "propriedade de clube recreativo assistencial particular".

Quanto aos "objetivos ainda não bem definidos" das oposições, eles só não estão definidos aos olhos dos cegos, dos que não querem ver o avanço da luta por sindicatos livres dos patrões e do seu regime; não estão definidos, para quem não quer ver nem mesmo a retomada de uma tradição de luta como a deixada pela greve geral de 1951. Apesar da repressão, que chegou a lançar a cavalaria sobre as concentrações de bancários, as reivindicações foram atendidas e essa greve terminou vitoriosa. No 69º dia.